

Estudo Técnico Preliminar 3/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 13083154187/2023-34

2. Introdução

2.1. A Equipe de Planejamento da Contratação, em atenção ao disposto no Documento de Formalização de Demanda (DFD), composta pelos membros descritos na Portaria SRRF04 nº 618/2024, com fundamento no art. 6º, inc. XX, e art. 18, inc. I e § 1º, todos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 3º, inc. I, art. 4º e art. 8º, todos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, elabora o Estudo Técnico Preliminar (ETP), sob a numeração de e-processo 13083.154187/2023-34, o qual é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, para fins de subsidiar a elaboração do Termo de Referência, Edital, Contrato e demais anexos, bem como quaisquer outros documentos pertinentes à modalidade licitatória adotada.

3. Do objeto pretendido

3.1 Aquisição de materiais e equipamentos diversos para atender à necessidades de algumas UASGs da RFB, conforme anexo deste documento.

4. Da justificativa - agrupamento dos itens

4.1. A licitação será realizada com 224 itens. Alguns itens possuem mesma descrição e entrega na mesma cidade, motivo pelo qual serão agrupados, já que os fornecedores terão as mesmas condições de fornecimento e mesmo tipo de objeto. O restante serão itens não agrupados. O licitante poderá oferecer proposta para todos os itens isolados e para os grupos.

5. Do Registro de Preços

5.1. Conforme recomendação para adoção do Sistema de Registro de Preços (fl. 496 do processo), esta Equipe de Planejamento julgou pertinente sua adoção, haja vista que a entrega de alguns bens dar-se-á conforme a necessidade/demanda de algumas unidades (entrega parcelada).

5.2 O Sistema de Registro de Preços – SRP será adotado tendo em vista que há previsão de entregas parceladas, enquadrando-se como hipóteses previstas no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

(...)

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; ”

6. Da classificação do objeto

6.1. Os bens são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

7. Do critério de julgamento

7.1. Menor preço por item ou por grupo, conforme o caso.

8. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

8.1. Não será necessário o envio de amostra.

8.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) Ordem de Fornecimento ou procedimento/documento similar.

8.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.4. Os bens deverão ser entregues nos endereços indicados no anexo I deste ETP (vide Planilha).

8.4.1. Registre-se que a demanda deverá ser atendida conforme cronograma de contratação apresentado no anexo I.

8.4.2. Ressalte-se que o quantitativo demandado atenderá a diversas Regiões Fiscais da RFB.

Garantia, manutenção e assistência técnica

8.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9. Requisitos de capacidade técnica

9.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.1.1.1. Fornecimento de, ao menos, 20% (vinte por cento) do quantitativo total do item licitado para o qual apresentou proposta. Serão aceitos atestados de fornecimento de produtos similares aos especificados no Anexo I do ETP.

10. Requisitos de qualificação econômica

10.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão:

10.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.1.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.1.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.1.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.1.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

10.1.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.1.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.1.4.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11. Da vistoria para licitação

11.1. Trata-se de aquisição que independe de conhecimento do local. Portanto, a avaliação prévia do local de execução não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

12. Da vigência da contratação

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do aceite da Nota de Empenho de despesa, Ordem de Fornecimento ou procedimento/documento similar, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Conforme cronograma de contratação do anexo I, alguns itens/grupos estabelecem que a entrega do material deverá ser de forma integral e imediata. Nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o instrumento de contrato não é obrigatório na hipótese de compra com entrega

imediate e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor. Para os demais itens haverá instrumento de contrato.

13. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidades diversas da RFB	Vide planilha (anexo I)

14. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade:

14.1 Em atendimento ao art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, as empresas contratadas deverão observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.1.1 Poderá a Administração, a seu critério, no transcurso do prazo de vigência do prazo contratual, exigir dos fornecedores a apresentação de atestados, certificações ambientais e demais documentos que comprovem o atendimento ao previsto nos incisos acima, conforme § 1º, art. 5º, da IN SLTI/MPOG nº 01/2010: “§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.”

14.1.2 Em atendimento ao art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, as empresas contratadas deverão considerar os seguintes critérios e práticas sustentáveis, no que couber:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

14.2. Não será admitida a indicação de uma ou mais marcas ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

14.3. A Administração não vedará a contratação de marca ou produto.

Da exigência de amostra

15.4. Conforme DFD, não foi exigida amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

14.5. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

14.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

14.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões a seguir:

14.7.1. Entendemos ser contraproducente a exigência de garantia, já que a Administração somente vai realizar o pagamento após o recebimento definitivo do objeto, ou seja, não há previsão de realização de pagamento antecipado por parte da Administração.

14.7.2. Tal exigência encareceria o preço e atrasaria os procedimentos, não trazendo benefício para a Administração.

14.7.3. Ademais, não há risco a ser mitigado com a referida exigência, pois:

- O contrato não importará em entrega de bens pela Administração, ou seja, o contratado não será depositário de bens da Administração;
- Não se trata de contrato com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, não havendo riscos de a Administração ser responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento de encargos trabalhistas e previdenciários.

14.8. Registre-se que no caso de inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

15. Descrição da necessidade

15.1. Conforme DFD, a aquisição de materiais e equipamentos diversos atendem à demanda de diversas unidades da RFB, de diferentes regiões fiscais. A justificativa e descrição de necessidade de cada item está previsto na planilha anexa a este ETP (anexo I).

16. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

16.1 A pretensa contratação foi registrada no Portal Compras por meio do Documento de Formalização da Demanda nº 07/2024, conforme fls. 501 do processo. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2024

17. Levantamento de Mercado

17.1. A Administração utilizou o seguinte método estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:

- Composição dos custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente. Observado o §6º do art. 6º da IN 65/2021;
- Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.
- Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

17.2. Por se tratar, basicamente, da compra e entrega, pela fornecedora, de materiais de uso comum, não há exigências específicas, que dificultem a captação de fornecedores no mercado.

17.3. A licitação para a aquisição do material em tela, de acordo com os critérios estabelecidos neste estudo, ampliam a competição e proporcionam a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, atendendo, por conseguinte, o interesse público.

17.4. O Relatório de Pesquisa de Mercado e de Preços encontra-se no processo.

18. Descrição da solução como um todo

18.1 Trata-se da aquisição de materiais e equipamentos diversos para atender a demanda de diversas unidades da RFB, conforme anexo I deste documento.

18.2 A contratação será processada por meio de Pregão Eletrônico, com o objeto de atingir empresas atuantes no mercado, com ampliação da concorrência entre elas.

18.3 A requisição do produto será feito por servidor designado pela Administração para tal, devendo ser entregue no prazo de 30 dias. Os locais de entrega estão descritos no anexo I deste documento.

19. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

19.1 A estimativa da quantidade a ser contratada consta no anexo I deste documento. Registre-se que a demanda atenderá a unidades de diversas regiões fiscais da RFB.

20. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.584.997,02

20.1. Foi realizada pesquisa de preços nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021. O Relatório de Pesquisa de Mercado e de Preços encontra-se às fls. 467/494 do processo, com a respectiva planilha de preços de referência.

20.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.584.997,02** (cinco milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e dois centavos).

21. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

21.1 Vide item 4

22. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

22.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes.

23. Benefícios a serem alcançados com a contratação

23.1 A aquisição dos materiais de forma planejada atende ao princípio da eficiência, com economia de custos administrativos internos (inerentes ao procedimento de licitação), ampliação dos potenciais interessados em razão do maior vulto da aquisição, redução de custos com transporte e, consequentemente, redução dos preços da aquisição.

23.2 A compra de materiais e equipamentos para atender a diversas unidades da RFB, de diferentes regiões fiscais, reúne numa só licitação um volume considerável de quantidade de itens, de forma a atrair mais fornecedores e trazer economicidade e maior concorrência para a licitação.

23.3 Todos os materiais e equipamentos possuem sua justificativas na planilha em anexo (anexo I), mas podem ter como pontos em comum o atendimento às necessidades dos servidores que atuam na unidades, garantindo um ambiente de trabalho adequado ao pleno desenvolvimento das funções finalísticas da RFB, equipando os ambientes de forma satisfatória.

24. Providências a serem Adotadas

24.1 Não há providências a serem adotadas. Os responsáveis pela fiscalização do contrato foram indicados no DFD.

25. Possíveis Impactos Ambientais

25.1 Não há possíveis impactos ambientais vinculados à aquisição.

26. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),

[de 13 de novembro de 2020.](#)

RAISSA ALCOFORADO PASSOS DE BARROS MELO

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 14/03/2024 às 10:36:28.

FERNANDO ANTONIO DA SILVA BARRETO

Equipe de planejamento

HELIO RIEDEL DE OLIVEIRA MELO JUNIOR

Equipe de Planejamento

CAROLINA QUEIROZ DE ARAUJO

Equipe de Planejamento

Despacho: Aprovo o Estudo Técnico Preliminar.

DREYFUS DIOGENES DE LIMA

Autoridade competente

27. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

27.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, e com base nas informações juntadas aos autos deste processo, especialmente quanto ao DFD, declaramos que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração, assegurando o funcionamento das suas atividades finalísticas e o cumprimento de suas missões institucionais.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Lista de itens com dados e pesquisa de preços.xlsx (58.27 KB)